

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

LIVE

RESOLUÇÃO QUESTÕES

LICITAÇÕES E CONTRATOS



Prof. Raphael Spyere



DIREITO

ADMINISTRATIVO

PARA *CONCURSOS*



 **ESTUDANDO DIREITO
COM RAPHAEL SPYERE**

Raphael
Spyere
Concursos Públicos

 **WWW.RAPHAELSPYERE.COM.BR**
@PROF.RAPHAELSPYERE



Resolução de questões – FGV:

- Licitações e Contratos

L 14133/21, Art. 6º:

1. (FGV/TRT 24/2025) A Administração Pública permite a contratação de serviços por meio de alguns regimes. Relacione as modalidades apresentadas a seguir às suas respectivas características.

1. Contratação por tarefa. XXX

2. Contratação [integrada] XXXII c/c Art. 46, § 3º

3. Contratação [semi-integrada] XXXIII c/c Art. 46, § 5º

P.B.: adm.
contratante

1) Regime de contratação de [mão de obra] para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais. P.ex.: Pintura de parede

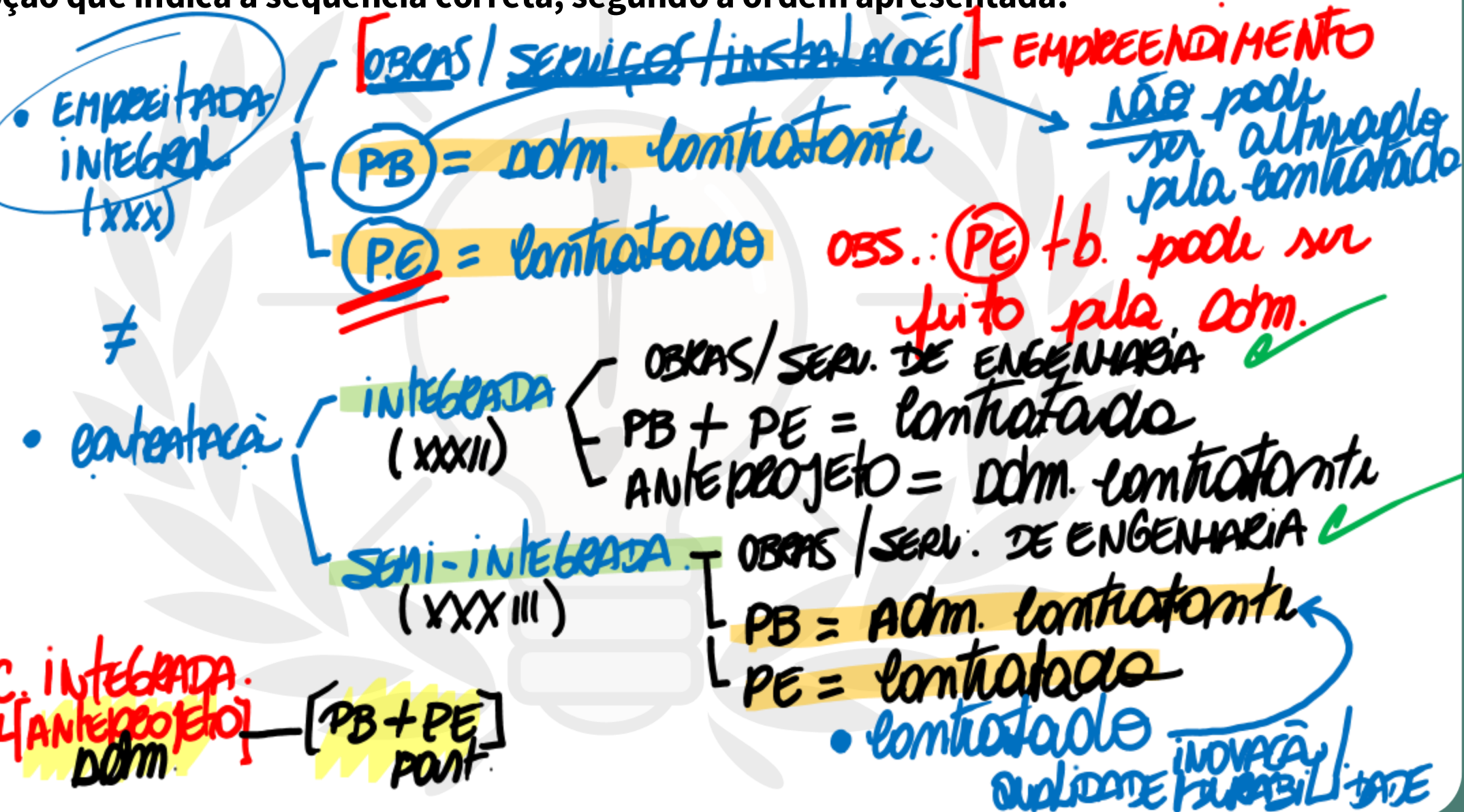
3) Regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o [projeto executivo], executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

2) Regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os [projetos básico] e [executivo], executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

• TAREFA ~ SIMPLES. (XXXI)

Assinale a opção que indica a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- A) 1 - 2 - 3.
- B) 1 - 3 - 2.
- C) 2 - 1 - 3.
- D) 2 - 3 - 1.
- E) 3 - 2 - 1.



Art. 75 I: $V_c < 100.000,00 = \text{dispensável}$
licitar ou não

2. (FGV/MPU/2025) A autarquia federal Alfa tem a pretensão de contratar pequenas obras e serviços de engenharia, avaliados em R\$ 90.000,00, em observância às formalidades legais. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a licitação é:
- 3
- A) dispensável, sendo certo que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de cinco dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa;
- Art. 74: [inviabilidade de competição]
- B) inexigível, sendo certo que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de cinco dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa;
- 53
- C) dispensável, sendo certo que a contratação será preferencialmente paga por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 54
- D) inexigível, sendo certo que a contratação será preferencialmente paga por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- E) inexigível, sendo certo que é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham celebrado o contrato administrativo com a autarquia federal.

Art 11

B 3. (FGV/TRT 24/2025) O Governador do Estado *Alfa* solicitou à Procuradoria a elaboração de parecer visando à futura celebração de contrato administrativo para a aquisição de diversos bens que serão distribuídos à rede estadual de ensino. Dessa forma, em momento posterior, o documento foi apresentado ao Chefe do Poder Executivo, abordando, entre outras temáticas, os objetivos da licitação. Sobre os objetivos do processo licitatório, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

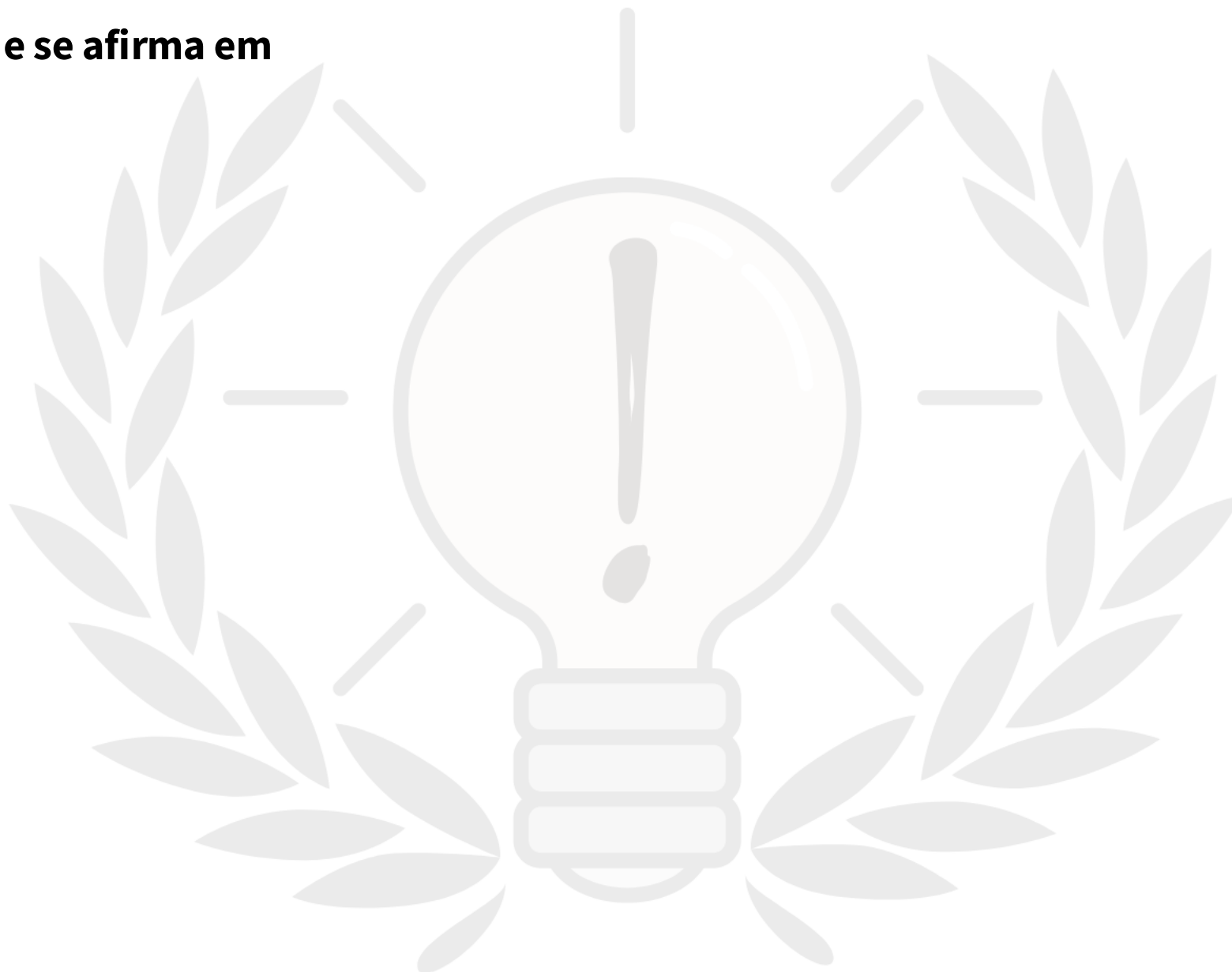
- I. **F** Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, sem considerar o ciclo de vida do objeto.
- II. **C** Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- III. **F** Incentivar a implementação de políticas de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.

Art. 34. = ANÁLISE MENOR DISPENDIO.
P.ex.: REPOSIÇÃO / MANUTENÇÃO / CONSUMO...

DUSMV. Nacional Sustentável
L ECON.
L AMBIENTAL
L SOCIAL

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- ☒ B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e III, apenas.



Art. 50, Art 12.

4. (FGV/DPE RO/2025) A respeito do Processo Licitatório, é correto o que se apresenta em:

~~A~~ A cotação somente poderá ser feita em [moeda nacional]. P.ex.: Licitação Internacional.

~~B~~ A documentação deverá estar na forma correta, sob pena da proposta ser [desclassificada].

~~C~~ A documentação entregue à administração responsável pelo processo deverá ter firma reconhecida.

D A identificação e assinatura por meio digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico é permitida.

~~E~~ Não são permitidos planos de contratação anual. Lin Orçamentárias

A

5. (FGV/MPU/2025) A Administração Pública, em âmbito federal, pretende publicar edital de licitação para a celebração de futuro contrato administrativo, tendo como objeto obras e serviços de engenharia, sendo certo que o contratado será responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto. Ademais, o poder público adotará a modalidade de licitação que lhe permita realizar diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a Administração Pública publicará edital de licitação para uma contratação:

✓ *Semi-integrado. (b, XXXIII)*

✓ *Diálogo competitivo (b, XLII)*
• Reunião
1
• competição
2

A) semi-integrada, adotando-se, como modalidade de licitação, o diálogo competitivo;

B) integrada, adotando-se, como modalidade de licitação, o diálogo competitivo;

~~C) semi-integrada, adotando-se, como modalidade de licitação, a concorrência;~~

~~D) integrada, adotando-se, como modalidade de licitação, a concorrência;~~

~~E) por tarara, adotando-se, como modalidade de licitação, a concorrência.~~

~~6º, XXXVIII~~

Art 1º, § 1º

6. (FGV/DPE RO/2025) A Lei 14.133/2021 dispõe sobre licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Um tipo de contratação que não está subordinado ao regime desta lei é a referente aos contratos de

- A) locação.
- B) compra por encomenda.
- C) concessão do uso de bens públicos.
- D) operações de crédito interno ou externo.
- E) alienação e concessão de direito real de uso de bens.

Art 3º

Art. 5º: EXPRESSOS.

7. (FGV/DPE RO/2025) A Nova Lei de Licitações, dentre outras alterações substanciais, incorporou novos princípios que orientam a atuação da Administração Pública nas contratações, reforçando valores como legalidade, eficiência e governança. Um princípio, expressamente previsto na Nova Lei de Licitações, é o

- ~~A) Princípio da direção.~~
- ☒ B) Princípio da igualdade. ✓
- ~~C) Princípio da diversidade.~~
- ~~D) Princípio da ética.~~
- ~~E) Princípio da irretroatividade.~~

8. (FGV/DPE RO/2025) De acordo com a Nova Lei de Licitações, o edital pode estabelecer a exigência de que um percentual mínimo da mão de obra empregada na execução do contrato seja composto de forma a promover a inclusão social e atender a políticas públicas específicas. Nesse contexto, é correto afirmar que essa exigência pode recair sobre:

A) indivíduos em condição de vulnerabilidade social.

B) profissionais oriundos de escolas públicas.

C) brasileiros natos ou naturalizados.

D) mulheres vítimas de violência doméstica.

E) ex-militares em situação de reserva.

• pet 25, § 9°

ou equinos / oriundos do sist. prisional.

OBS: pet 92, XV II c/c pet 116 - Dev reservar vagas:
• P.C.D.
• Representados da Comunidade
• Afundez

9. (FGV/MPU/2025) Melquisedeque, técnico do Ministério Público da União, foi nomeado agente de contratação para a licitação de novos drones para as operações investigativas do órgão. Nessa situação, Melquisedeque deverá garantir a publicidade. *Art. 5º.*

X do orçamento estimado da contratação e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas; *Art. 24º sigilo.*

B) da minuta de contrato, dos termos de referência, do anteprojeto e dos projetos; *Art. 25*

X do conteúdo das propostas, até a respectiva abertura; *Só MIO, Art. 13. sigilo.*

X dos dados pessoais tratados no curso da licitação, independentemente do consentimento dos seus titulares; *L.G.P.D. - L. 13709/18*

X do preço estimado ou do máximo aceitável, salvo quando adotado o critério de julgamento por maior desconto. *Art. 24: sigilo = MP*

Magistratura

10. (FGV/ENAM/2025) Após regular procedimento licitatório, o Estado X celebrou um contrato administrativo de execução de obra pública sob o regime de contratação integrada, no qual a empresa contratada se responsabilizaria tanto pela elaboração dos projetos básico e executivo quanto pela execução da obra (Art. 6º, inciso XXXII, da Lei nº 14.133/2021). Durante a execução do contrato, a contratada verificou que os quantitativos indicados no projeto básico eram inferiores ao necessário, fato que demandaria a alteração contratual para um pequeno acréscimo. Considerando que essa alteração resultaria em custos adicionais, a contratada solicitou a revisão do contrato para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial. O Estado X indeferiu o pedido, sob o fundamento de que a revisão contratual não era cabível para o evento em questão. Inconformada com a situação, a sociedade empresária ajuizou demanda judicial pleiteando a revisão contratual. Com base na Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir.

• Art 46, § 3º:

• Art 133: casos de alteração de contrato em reg. cont. integrado. Matriz de risco simpl.

- alteração
1. Caso Fort / Força maior.
 2. Alteração do PB a pedido da adm.
 3. Superminimização das obrigações da adm. como mérito da adm. qualit. (1,95) 95%

I. No regime de contratação integrada, a contratada possui responsabilidade integral pelos riscos associados ao projeto básico. **Art. 46, § 3º**

F O pedido da sociedade empresária deve ser julgado procedente, pois, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a variação quantitativa que implique aumento de custos para a contratada gera o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

II. O pedido deve ser julgado improcedente, pois, no caso narrado, a variação nos custos incorridos pela contratada não teve como causa uma das exceções previstas nos incisos do Art. 133 da Lei nº 14.133/2021, motivo pelo qual se aplica a vedação à alteração contratual no regime de contratação integrada.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- ☒ C) I e III apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) II, apenas.

Art 72

11. (FGV/DPE RO/2025) Em observância à disciplina legal, o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído, dentre outros, com documentos que versem sobre a razão da escolha do contratado, justificativa de preço e autorização da autoridade competente. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. Para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de um ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas. **Dispensável - Art 75, II, a**

II. Para contratação que tenha por objeto aquisição de [medicamentos] destinados exclusivamente ao tratamento de [doenças raras definidas] pelo Ministério da Saúde. **m, IV, Art 75. Dispensável**

III. Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha. **Art. 74, II**

→ Dispensa

Dispensável - Art 75

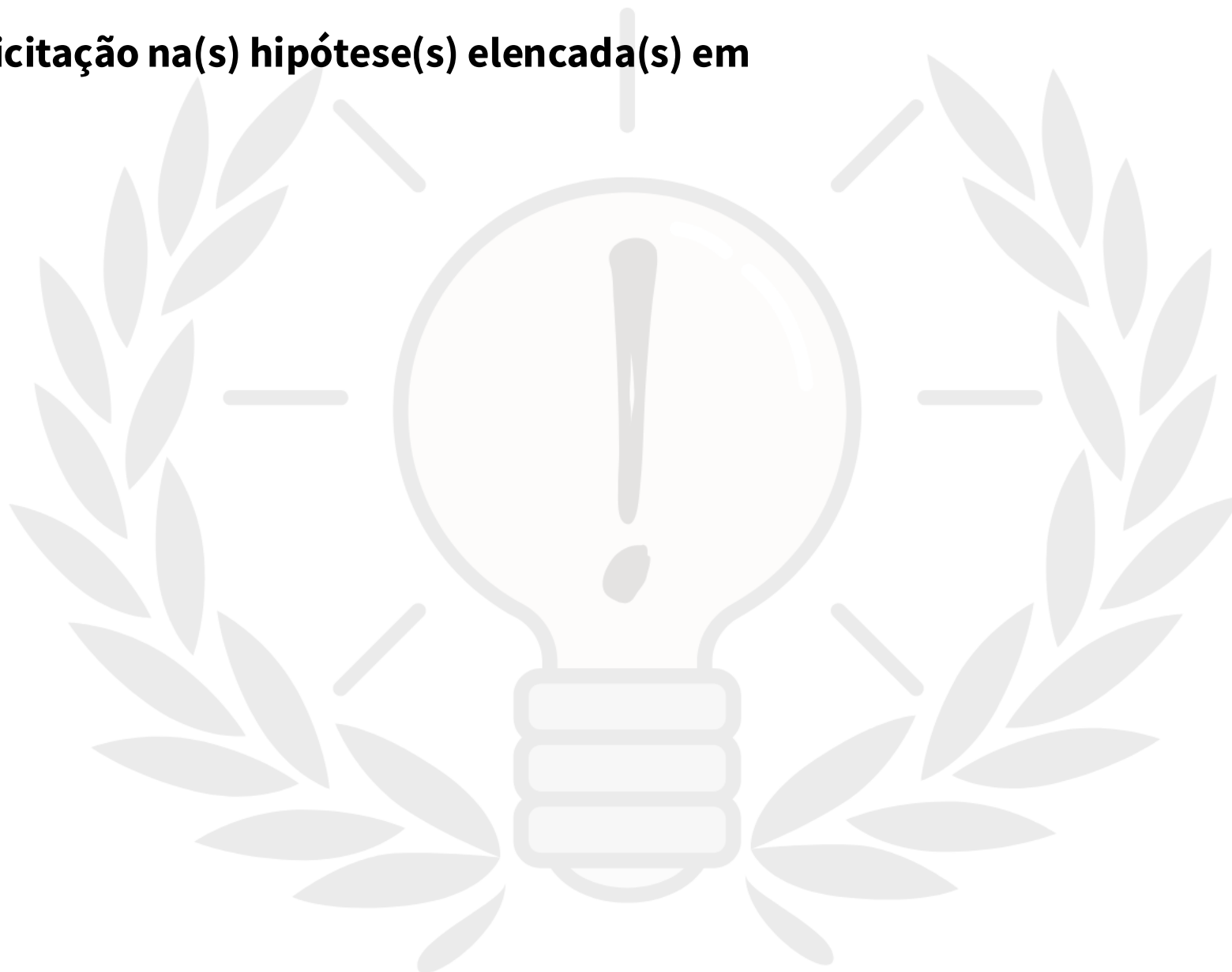
Dispensado - Art 76 X

→ inexigib

Contratação
Direta

É dispensável a licitação na(s) hipótese(s) elencada(s) em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.**
- E) I, II e III.



XVIII, Art. 75.

12. (FGV/DPE PE/2025) Com o objetivo de efetivar os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, a administração do Estado de Pernambuco pretende contratar entidade privada sem fins lucrativos, para implementar o Programa Cozinha Solidária, que tem como finalidade promover políticas de segurança alimentar e nutricional, além de efetivação de direitos sociais, de resgate social e de melhoria da qualidade de vida. Sobre a licitação, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- ☒ A) É inexigível, sendo certo que a legislação de regência não traz restrições, no ponto, sobre o valor da contratação.
- ☐ B) É dispensável, sendo certo que a legislação de regência não traz restrições, no ponto, sobre o valor da contratação.
- ☐ C) É exigível, não se estando diante de qualquer hipótese de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.
- ☐ D) É dispensável, desde que o valor da contratação seja igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- ☐ E) É inexigível, desde que o valor da contratação seja igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

união.

13. (FGV/MPE RJ/2025) O diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

L competitivo



Art. 6º, XLII

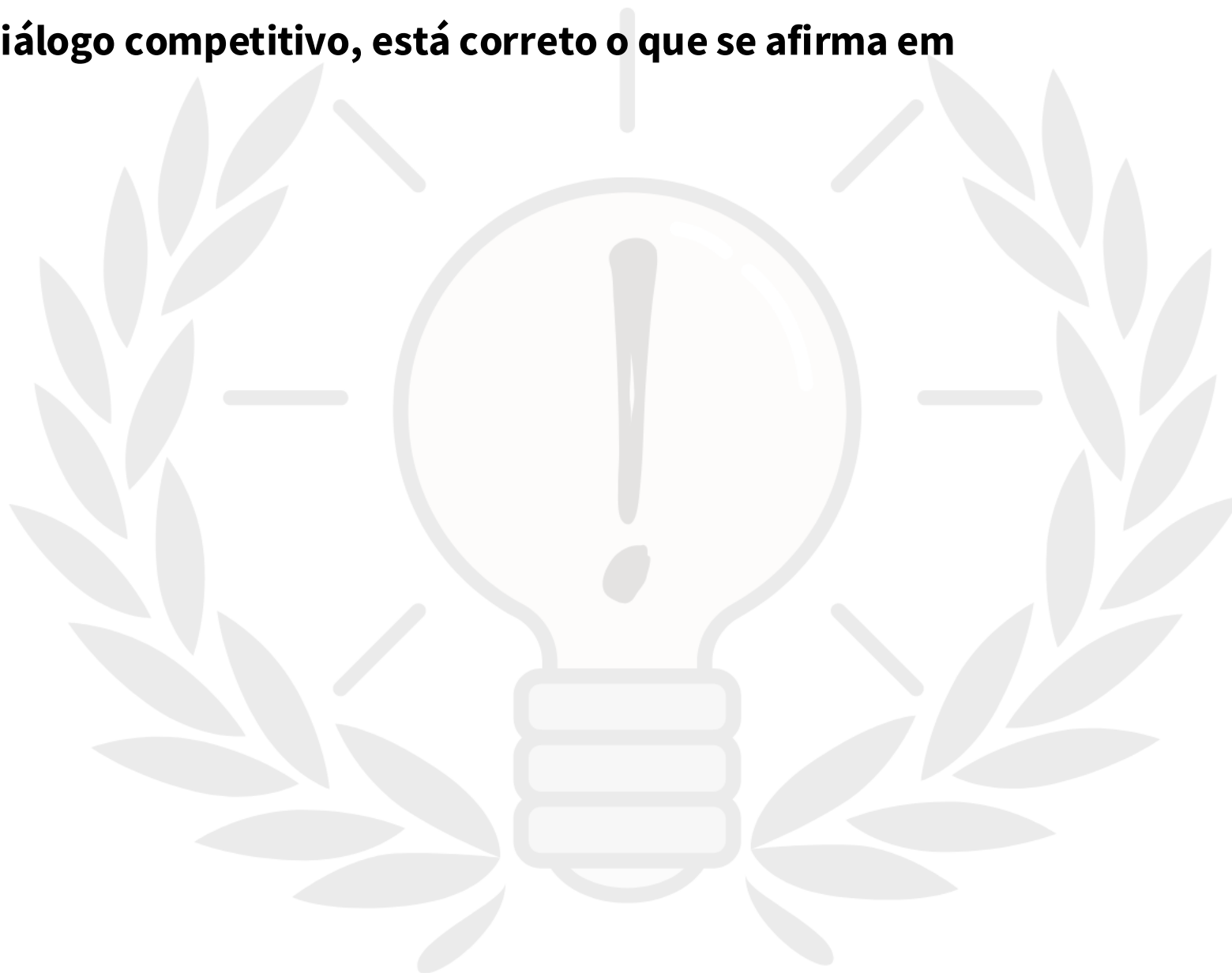
I A Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de vinte e cinco dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação. I, §1º, Art 32. união. 3

II O diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos cinco servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, vedada, salvo em caso de fundada e excepcional necessidade, a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão. XI, §1º, Art 32.

III A fase de diálogo poderá ser mantida até que a Administração, em decisão fundamentada, identifique a solução ou as soluções que atendam às suas necessidades. V, §1º, Art 32.

Na modalidade diálogo competitivo, está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- ☒ D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.



14. (FGV/TRT 24/2025) A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu o valor máximo que uma obra ou um serviço de engenharia de natureza pública pode envolver para que seja dispensado de licitação. Esse valor é atualizado anualmente. Assinale a opção que indica seu valor atual. Art 182.

~~A) R\$ 48.572,14.~~

~~B) R\$ 87,421,80.~~

☒ C) R\$ 125.451,15.

~~D) R\$ 178.329,47..~~

~~E) R\$ 231.359,32.~~

$V_c < 100.000,00$. Art. 75, I
Dispensável.

Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.



B

15. (FGV/TCE PI/2025) De acordo com a Lei nº 14133, o regime de contratação de obras de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia e, além disso, realizar as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, é chamado de

- A) contratação integral.
- B) contratação integrada.**
- C) contratação associada.
- D) contratação por tarefa.
- E) contratação semi-integrada.

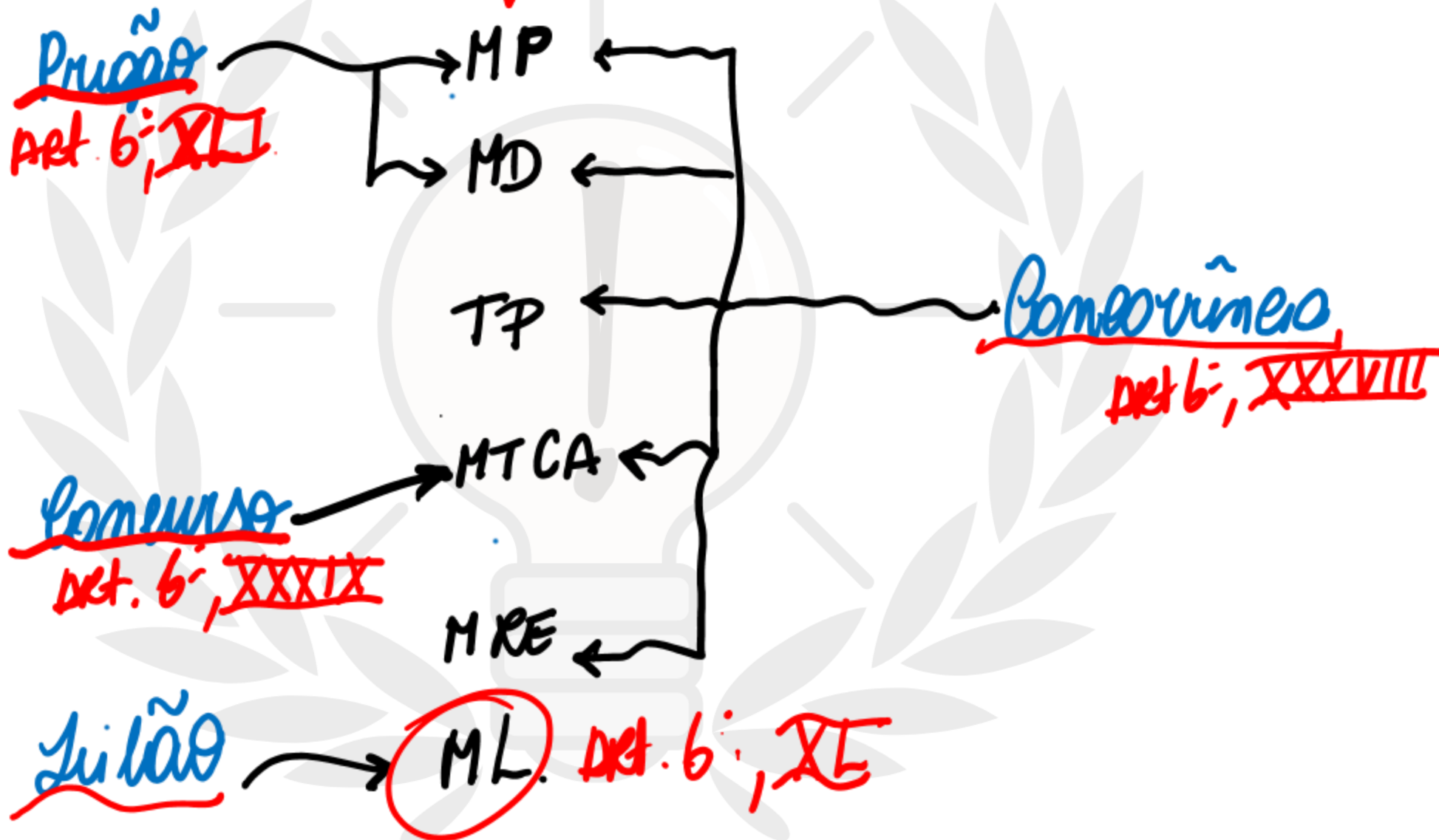
- A) semi-integrada, adotando-se, como modalidade de licitação, o diálogo competitivo;
- B) integrada, adotando-se, como modalidade de licitação, o diálogo competitivo;
- C) semi-integrada, adotando-se, como modalidade de licitação, a concorrência;
- D) integrada, adotando-se, como modalidade de licitação, a concorrência;
- E) por tarefa, adotando-se, como modalidade de licitação, a concorrência.

16. (FGV/MPU/2025) Uma autarquia federal pretende contratar uma empresa para realizar serviços de manutenção e inspeção em equipamentos mecânicos industriais, especificando, em edital, critérios usualmente aplicados no mercado, que permitem a definição objetiva dos padrões de qualidade e de desempenho a serem atingidos. Considerando a Lei nº 14.133/2021, que estabelece as normas para licitações e contratos administrativos, a modalidade de licitação mais adequada para essa contratação, levando em conta que se trata de um serviço comum de engenharia, é:

- A) o leilão;
- B) o pregão;**
- C) o concurso;
- D) a concorrência;
- E) o diálogo competitivo.

*XLII, art 6º.
- Bens e Serviços. comuns.*

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO



17. (FGV/Prefeitura de Canaã dos Carajás PA/2025) Sobre as modalidades de licitação, previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a afirmativa correta.

A) A *concorrência* se destina à contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

B) O *concurso* é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor, que passará a ter direitos patrimoniais relativos ao projeto. **Art 30, ÚNICO**

C) O *pregão* é obrigatório para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

D) O *leilão* é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, desde que tenha registro cadastral prévio para acesso a edital e anexos. **Art 31, §4º; Art 32, §1º, XI**

E) No **diálogo competitivo** uma comissão de contratação composta de pelo menos 2 (dois) servidores efetivos da Administração Pública, realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos. **3**

Art 14 = Prógão / homologação

18. (FGV/Prefeitura de Canaã dos Carajás PA/2025) O processo de licitação de uma obra deve observar diversas fases. Após a divulgação do edital de licitação e antes da homologação da proposta vencedora, as etapas intermediárias são realizadas na seguinte ordem:

- A) apresentação de propostas/habilitação/julgamento/recursos. ✓
- B) apresentação de propostas/julgamento/habilitação/recursos. ✓
- C) apresentação de propostas/habilitação/recursos/julgamento. ✗
- D) habilitação/apresentação de propostas/julgamento/recursos. ✓
- E) habilitação/apresentação de propostas/recursos/julgamento. ✗

• Edital.

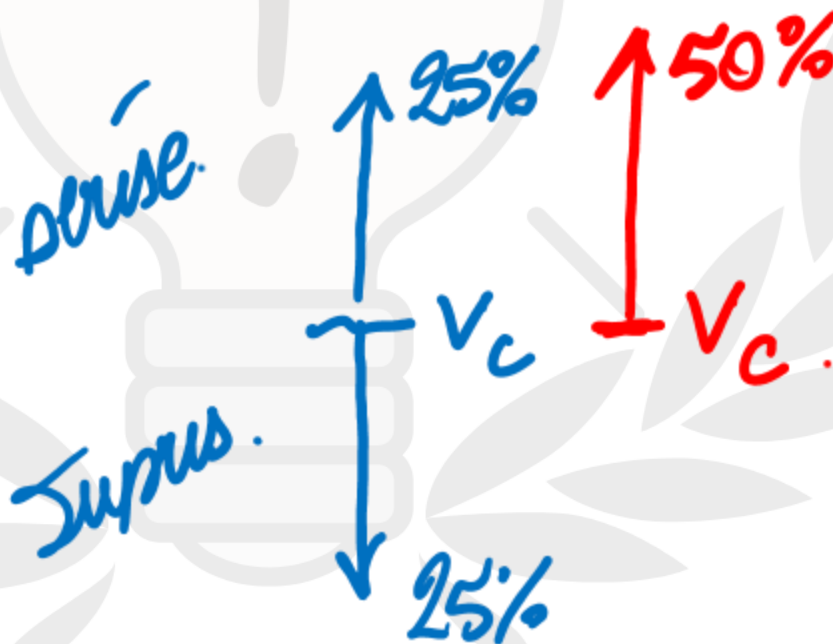


19. (FGV/DPE RO/2025) Avalie se as hipóteses de alteração unilateral de contratos administrativos por parte da Administração Pública previstas na Nova Lei de Licitações incluem:

- I. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação. @ qualit.
- II. Quando for necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição do objeto, nos limites da lei. (b) quant.
- III. Quando for conveniente a substituição da garantia de execução contratual.

Está correto o que se afirma em

- ~~A) I, apenas.~~
- ~~B) II, apenas.~~
- ☒ C) I e II, apenas.
- ~~D) II e III, apenas.~~
- ~~E) I, II e III.~~



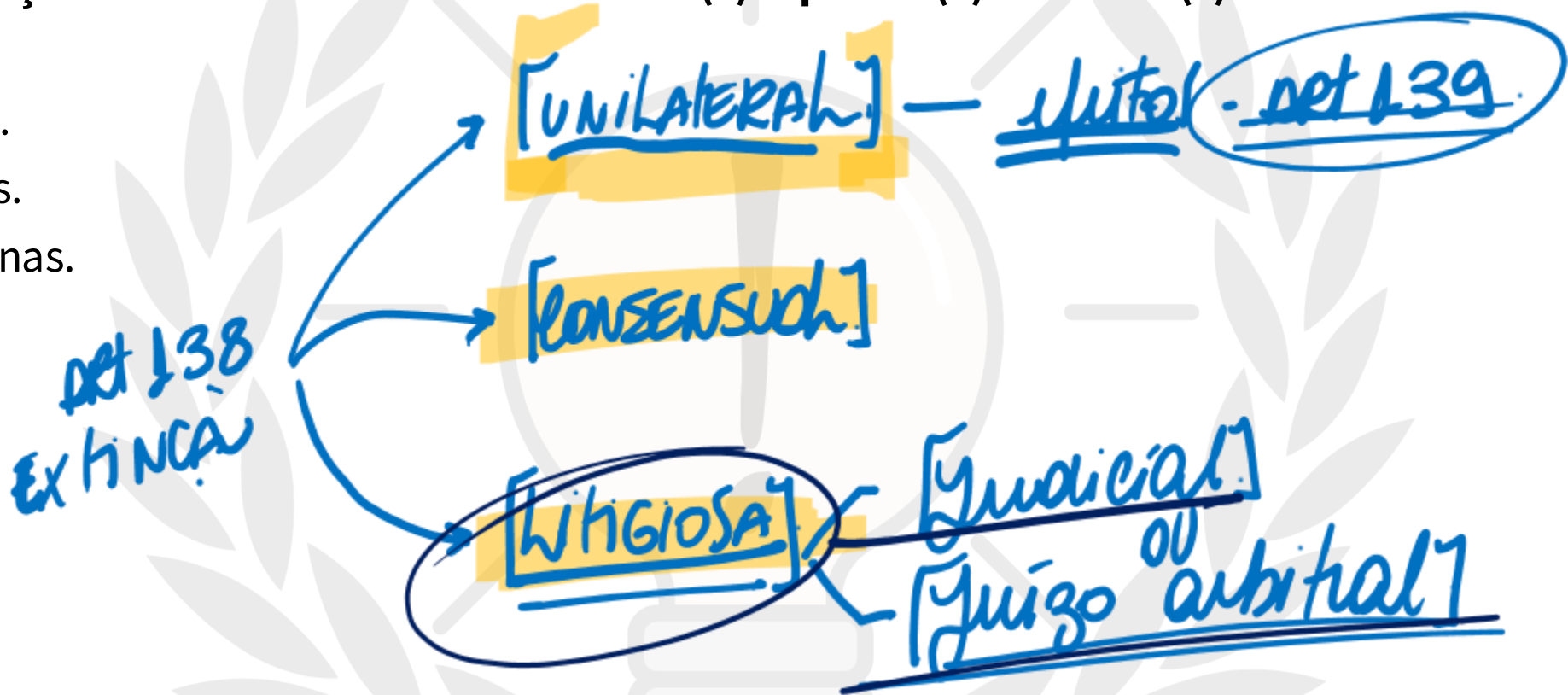
Art 137, § 2º

20. (FGV/TCE RO/2025) Insatisfeita com a condução de determinado contrato administrativo parte do Poder Público, a sociedade empresária Gama, na qualidade de contratada, buscou informações sobre os cenários em que teria, legitimamente, o direito à extinção da avença. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir:

- I. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a três meses. II e III
- II. Atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos. IV
- III. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental. V

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, a sociedade empresária Gama terá direito à extinção do contrato administrativo na(s) hipótese(s) elencada(s) em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- ☒ E) I, II e III.



21. (FGV/TRF 5/2025) Após a realização de processo licitatório e da correlata celebração do contrato administrativo com a sociedade empresária Sigma, o órgão federal competente, tendo realizado a devida apuração por meio de processo administrativo próprio, no qual foram asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, constatou a ocorrência de vício insuscetível de ser sanado. Assim ocorria pelo fato de Sigma não ter preenchido todos os requisitos exigidos no edital da licitação. Apesar disso, também se constatou que metade do objeto do contrato tinha sido regularmente executada. Ao ser instada a se pronunciar sobre a declaração de nulidade do contrato, a autoridade competente observou corretamente, à luz da sistemática estabelecida na Lei nº 14.133/2021, que:

[Art 147 - 150]

- ~~X~~ a) por se tratar de nulidade, o estágio de execução física e financeira do contrato não afasta a necessidade de que seja declarada;
- ~~X~~ b) na medida em que o vício ocorrera durante a licitação, o que não obstou o cumprimento do contrato por Sigma, considera-se sanado;
- ~~X~~ c) a nulidade, caso seja declarada, deve produzir efeitos *ex tunc*, mas não afasta o dever de Sigma ser indenizada pelo que houver executado até aquela data; - Art. 148
- ~~X~~ d) a nulidade somente pode ser declarada caso seja demonstrada a ocorrência de prejuízo para a Administração Pública ou se estiver caracterizada a má-fé de Sigma; [SOCIALIST - ART 147]
- E) a declaração de nulidade pressupõe a análise de pautas argumentativas indicando tratar-se de medida de interesse público, sendo que a sua não decretação não afasta a aplicação das penalidades cabíveis.

OBS: Anulâncio. © [+ b i corrupto]

22. (FGV/MPE RJ/2025) O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro recebeu denúncia anônima no sentido de que existiriam irregularidades nas cláusulas do contrato administrativo celebrado entre a sociedade empresária *Alfa* e o Município *Beta*. Em assim sendo, Lucas, Promotor de Justiça com atribuição, passou a se debruçar sobre o teor da avença. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei no 14.133/2021, observe as cláusulas a seguir. *Art 92.*

- I. O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento. *V*
- II. A legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos. *III e IV*
- III. A possibilidade de alteração unilateral do contrato, quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, até o limite de sessenta por cento, garantido o reequilíbrio econômico financeiro. *Art. 124, I*

É (são) necessária(s) em todo contrato a(s) cláusula(s) elencadas em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- ☒ D) I e II, apenas.
- E) I, II e III.

23. (FGV/TRT 24/2025) A sociedade empresária *Dex* pretende participar de processo licitatório visando à celebração de contrato administrativo com o Estado *Alfa*. Assim, os advogados da sociedade empresária, com o objetivo de conhecer as particularidades da legislação aplicável à temática, ministraram uma palestra aos sócios desta, versando, inclusive, sobre as hipóteses de extinção das contratações. As opções a seguir, considerando a Lei nº 14.133/2021, apresentam motivos para a extinção do contrato, a exceção de uma. Assinale-a. Art 137

A) O desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior. II e Art. 114

~~B) A decretação de falência, ~~de recuperação judicial ou extrajudicial~~ ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.~~ IV

C) O atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação, à desocupação ou à servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas. § 2º, I ou II

D) O não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos. I

E) O caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato. II

24. (FGV/TRT 24/2025) A Lei n.º 14.133/2021, além de modernizar as licitações e contratos administrativos, reforça as atribuições do gestor e do fiscal de contratos, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente por meio do acompanhamento rigoroso e da garantia do cumprimento dos termos contratuais. Assinale a opção que apresenta corretamente disposições sobre o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual.

- ☒ A) A fiscalização contratual pode ser feita apenas por servidores ocupantes de cargos efetivos, sendo vedada a participação de terceiros no processo. *Art 7º*
- ☒ B) O fiscal do contrato pode ~~delegar integralmente~~ suas funções a terceiros contratados, que passam a responder exclusivamente pela execução do contrato. *Art 117*
- ☒ C) O contrato será fiscalizado por um ou mais fiscais designados pela Administração, podendo contar com o auxílio de terceiros contratados, sem prejuízo das responsabilidades do fiscal.
- ☒ D) A contratação de terceiros para auxiliar na fiscalização dispensa a Administração da designação de fiscais próprios.
- ☒ E) O fiscal do contrato responde apenas por atos que extrapolem as informações prestadas por terceiros contratados para auxiliá-lo.

25. (FGV/TJ GO/2025) Judith, servidora pública no exercício de suas atribuições, foi questionada acerca das hipóteses de extinção do contrato administrativo, à luz da Lei nº 14.133/2021, com relação às avenças formalizadas, após o devido procedimento licitatório. Em resposta à aludida indagação, Judith afirmou corretamente que

- A) é viável que a extinção decorra de ato unilateral do contratado com direito à indenização e autorização, restrita contudo às situações de descumprimento de conduta da Administração Pública relacionada ao contrato. *[Art 104, I]*
- B) é vedado que a extinção do contrato seja determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, na medida em que a utilização de tais mecanismos se restringe às hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato. *Art 138 II*
- C) é cabível a extinção do contrato por ato unilateral da Administração Pública, sem direito à indenização do contratado, inclusive no caso de descumprimento de conduta da própria Administração relacionada ao contrato. *Art 138, I*
- D) é possível que a extinção do contrato seja consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.
- E) é admitida a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, com direito à indenização do contratado, independente de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo. *Art 138*



 **ESTUDANDO DIREITO
COM RAPHAEL SPYERE**

Raphael
Spyere
Concursos Públicos

 **WWW.RAPHAELSPYERE.COM.BR**
@PROF.RAPHAELSPYERE